



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - VILHENA

PLANO DE ENSINO

Semestre 2021/1			
Disciplina: <b>Gestão Educacional 1</b>			Código:
			DEP 00020
Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática	Carga Horária Total	Carga Horária Semanal
50 horas	30 horas	80 horas	4 horas-aula
Turma / Período		Modalidade	Turno
4º Período		<b>ERE - ENSINO REMOTO EMERGENCIAL</b>	Matutino
Disciplina requisito ou indicação de conjunto: Nada a declarar			
Professor: <b>Célio Vieira Nogueira</b>			
Objetivos			
A) GERAL:			
Oportunizar conhecimentos básicos referente à legislação educacional, com destaque para Lei de Diretrizes e Bases da Educação e sua aplicabilidade na escola, incluindo aspectos da formação do educador, a gestão democrática e as políticas de educação básica.			
B) ESPECÍFICOS:			
1. Identificar o contexto das leis educacionais, considerando os processos histórico, político e social.			
2. Analisar a aplicabilidade da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, Lei nº 9394/1996 na escola.			
3. Analisar a formação do educador a partir dos dispositivos legais.			
4. Identificar os princípios da gestão democrática.			
5. Analisar as Políticas Públicas para a Educação Básica.			
Ementário			
A contextualização das leis educacionais nos processos histórico, político e social e a aplicabilidade da Lei de Diretrizes e Bases no 9394/96 na escola, refletindo sobre a formação do educador a partir dos dispositivos legais. Os princípios da gestão democrática. Políticas Públicas para a Educação Básica.			
Estratégia de Ensino / Tipo de aula			
Atividades desenvolvidas na modalidade Ensino Remoto Emergencial, a partir de ferramentas digitais, disponíveis na Internet, dentre elas o Google Meet, o Google Forms, Grupos do Whatsapp e vídeos no Youtube.			
As ações didáticas contemplam atividades de estudo individual, orientações, acompanhamento e avaliação, todas agendadas, comunicadas e controladas pelo docente, com registro final no Sigaa.			
Conteúdos Programáticos			
<b>1. Contextualização das leis educacionais:</b>			
1.1. o processo histórico			
1.2. o processo político			
1.3. o processo social			
1.4. os desafios e perspectivas atuais			
<b>2. Aplicabilidade da Lei nº 9.394/1996 na escola:</b>			
2.1. organização da educação nacional			
2.2. regulamentação da lei pelos sistemas educacionais			
2.3. cultura e gestão escolar			
2.4. autonomia, descentralização e controle social			
<b>3. Formação do educador a partir dos dispositivos legais:</b>			
3.1. participação e atribuições do professor			
3.2. Ingresso e carreira docente			
3.3. representação e engajamento docente			
3.4. formação continuada			
<b>4. Princípios da gestão democrática:</b>			
4.1. projeto político pedagógico da escola			

- 4.2. participação docente
- 4.3. participação da comunidade
- 4.4. processo de escolha de dirigentes

**5. Políticas Públicas para a educação básica:**

- 5.1. leis e normas correlatas
- 5.2. programas de atendimento específico
- 5.3. política de avaliação
- 5.4. financiamento da educação

**Metodologia para avaliação do desempenho do discente**

a) **Primeira nota:** (1) verificação de desempenho, perfazendo valor quantitativo de zero a quatro; (2) atividade escrita, perfazendo valor quantitativo de zero a quatro; (3) participação nas atividades teóricas e práticas realizadas em sala de aula (individual e/ou em grupo), perfazendo valor quantitativo de zero a dois.

b) **Segunda nota:** (1) verificação de aprendizagem, perfazendo valor quantitativo de zero a cinco; (2) apresentação oral de seminário (grupo), perfazendo valor quantitativo de zero a cinco.

c) **Prova Repositiva:** Será a prova referente ao conteúdo de toda a matéria do semestre letivo. Só aplicável aos acadêmicos que realizaram as duas provas bimestrais. A nota da prova repositiva substitui a menor média bimestral.

A avaliação dar-se-á de modo contínuo, sendo composta por média aritmética simples de duas notas obtidas por meio dos diferentes instrumentos avaliativos.

**CRONOGRAMA DE ENSINO REMOTO EMERGENCIAL - ERE**

Encontro	Unidade/Temática	Data	Tipo
	<b>1. Contextualização das leis educacionais</b>		
01	1.1. o processo histórico 1.2. o processo político	16.11.2021	Síncrona
02	1.3. o processo social 1.4. os desafios e perspectivas atuais	20.11.2021	Assíncrona
03	Identificação dos elementos e aspectos relevantes	27.11.2021	PCC
04	Estudos específicos	04.12.2021	PCC
	<b>2. Aplicabilidade da Lei nº 9.394/1996 na escola</b>		
05	2.1. organização da educação nacional	07.12.2021	Síncrona
06	2.2. regularização da lei pelos sistemas educacionais	11.12.2021	Assíncrona
07	2.3. cultura e a gestão escolar	14.12.2021	Síncrona
08	2.4. autonomia, descentralização e controle social	18.12.2021	Assíncrona
09	<b>Avaliação 1</b>	21.12.2021	Síncrona
	<b>3. Formação do educador a partir dos dispositivos legais</b>		
10	3.1. participação e atribuições do professor	01.02.2022	Síncrona
11	3.2. ingresso e carreira docente 3.3. representação e engajamento docente	05.02.2022	PCC
12	3.4. formação continuada	08.02.2022	Síncrona
13	Estudos específicos	12.02.2022	PCC
	<b>4. Princípios da gestão democrática</b>		
14	4.1. projeto político pedagógico da escola 4.2. participação docente	15.02.2022	Síncrona
15	Estudos específicos	19.02.2022	PCC
16	4.3. participação da comunidade 4.4. processo de escolha de dirigentes	22.02.2022	Síncrona
17	Estudos específicos	26.02.2022	PCC
18	Elaboração da obra	05.03.2022	PCC
	<b>5. Políticas Públicas para a Educação Básica</b>		
19	5.1. leis e normas correlatas	08.03.2022	Síncrona
20	5.2. programas de atendimento específicos	15.03.2022	Síncrona
21	Elaboração da obra	19.03.2022	PCC
22	5.3. política de avaliação 5.4. financiamento da educação	22.03.2022	Síncrona
23	Apresentação da obra	26.03.2022	PCC
24	<b>Avaliação 2</b>	29.03.2022	Síncrona

**Sugestão Bibliográfica**

GERALDI, Corinta Maria Grisolia; RIOLFI, Claudia Rosa; GARCIA, Maria de Fátima (Org.). Escola Viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade

social. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIA, O. Theresa (Org.). Gestão, Financiamento e Direito à Educação. Análise da LDB e da Constituição Federal. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2002.

PLANK, David N. Política educacional no Brasil: caminhos para a salvação pública. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

SHIROMA, Eneida Oto et al. Política educacional. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SOUZA, Silvana Aparecida de. Gestão escolar compartilhada: democracia ou descompromisso? São Paulo: Xamã, 2001.

#### Recursos Didáticos

Atividades desenvolvidas na modalidade Ensino Remoto Emergencial, mediadas por ferramentas digitais, disponíveis na Internet, dentre elas o Google Meet, o Google Forms, Grupos do Whatsapp, vídeos no Youtube.

#### PCC - Prática como componente curricular - atividade de 30 horas

Esta atividade consiste na elaboração de uma peça visual ou audiovisual referente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), com destaque para a educação infantil e o ensino fundamental do município de Vilhena-RO, de livre escolha. Esta atividade está organizada em quatro fases distintas: **(1)** identificação dos elementos e aspectos específicos a serem tratados; **(2)** estudos específicos da temática escolhida; **(3)** elaboração da peça, contemplando os aspectos previamente definidos; e **(4)** seminário de apresentação e socialização das obras produzidas.

Observação: a obra pode ser produzida em grupo ou individual, respeitado o limite de até 4 estudantes.

#### Metodologia para avaliação de disciplina e do seu contexto operacional

No encerramento da disciplina haverá um momento de avaliação da disciplina pelo alunos.

#### Endereço / meios de contato com o(s) professor(s) coordenador(s) da disciplina

celio.nogueira@unir.br - whatsapp - SIGAA

Vilhena-RO, 28 de setembro de 2021.

Aprovado na reunião do CONDEP em:

Assinatura eletrônica do Professor:

Assinatura eletrônica do Chefe do Departamento:



Documento assinado eletronicamente por **CÉLIO VIEIRA NOGUEIRA, Chefe de Departamento**, em 06/10/2021, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.unir.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador

**0769799** e o código CRC **D3405ADB**.